

# LINGUASAGEM

## A DITADURA EM DISCURSO NO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Marco Antonio Almeida RUIZ<sup>1</sup>  
Melissa Frangella LOZANO<sup>2</sup>  
Paulo Henrique APOLINÁRIO<sup>3</sup>

### Resumo

Neste artigo, temos como objetivo refletir sobre os desdobramentos do funcionamento da memória e da constituição da voz institucional em espaços museológicos. Ou seja, promovemos um gesto de leitura que (re)visita o papel da memória instaurado nos discursos do Memorial da Resistência, materializados pelo seu acervo permanente e exposições; com isso, observamos tal “lugar de memória” como resistência política após o período da ditadura cívico-militar brasileira. É, pois, olhar o dito narrado da constituição da história para criar novas ressignificações da violência sofrida por homens e mulheres à época, é observar, assim, um espaço que carrega consigo memórias duras de sofrimento e angústia como um espaço de museu, transformando, de certo modo, a memória do horror em midiatização. Nosso *corpus* de análise será composto por uma entrevista concedida pela coordenadora do Memorial, Marília Bonas, mobilizando a teoria discursiva, tais como: memória, condições de produção e discurso.

**Palavras-chave:** Discurso, Memória, Memorial da Resistência, Ditadura.

### Abstract

In this article, we aim to reflect on the ramifications of the functioning of memory and the constitution of the institutional voice in museum spaces. In other words, we promote a reading gesture that (re) visits the role of memory established in the discourses of the Memorial da Resistência (in Portuguese), materialized by its permanent collection and exhibitions; with that, we observe this “place of memory” as political resistance after the period of the Brazilian military civic dictatorship. Therefore, it is to look at the narrated narrative of the constitution of history to create new ressignifications of the violence suffered by men and women at the time;

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), de Paris. É pós-doutorando na área de Linguística na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) com o apoio da FAPESP (Processo no. 2020/10660-1). E-mail: marcoantonioruiz@usp.br.

<sup>2</sup> Psicóloga e mestranda em psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: psimelissa.lozano@gmail.com

<sup>3</sup> Jornalista e mestrando em psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: apolinario.jor@gmail.com

thus it is to observe a space that carries with it hard memories of suffering and anguish as a museum space, transforming, in a way, the memory of horror in mediatization. Our corpus of analysis will consist of an interview given by the coordinator of the Memorial, Marília Bonas, mobilizing the discursive theory, such as: memory, conditions of production and discourse.

**Keywords:** Discourse, Memory, *Memorial da Resistência*, Dictatorship.

## Introdução

Segundo o dicionário, a memória é “uma faculdade de lembrar e conservar ideias, imagens, conhecimentos [...] adquiridos no passado” e que podemos acessá-los na mente” (MICHAELIS, 2020). Assim, nesse viés, podemos lembrar e retomar certos acontecimentos que configuram a nossa história nos diferentes arquivos, centros de memórias, memoriais, livros didáticos, notícias, entre outros. Todavia, mais do que uma faculdade, podemos tratar a memória como fonte de observação e investigação, (res)significada no e pelo discurso. Ou seja, é a partir da memória que criamos instâncias discursivas que ressignificam o passado no tempo presente, isto é, não basta olhá-la somente pelo lado psíquico, abstrato, mas tratá-la sobretudo como um objeto teórico.

Nesse sentido, embasados nas reflexões da análise do discurso de matriz francesa (AD), herança de Michel Pêcheux, nosso objetivo, neste artigo, é (re)visitar o papel da memória, a fim de compreender o modo como o Memorial da Resistência, instalado na cidade de São Paulo, passou a ser um local de memória de resistência política após período da ditadura militar no Brasil. Em virtude disso, interessa-nos mobilizar os conceitos promovidos por Pêcheux (2010, 2014), especialmente as noções de sujeito, condições de produção e memória a fim de refletir e interpretar alguns pontos que nos instigaram na análise de nosso *corpus*, uma entrevista realizada por Glauca Nagem, mestrande em psicologia e integrante de nosso grupo de pesquisa E-ladis, Laboratório Discursivo, da Universidade de São Paulo<sup>4</sup>, com a coordenadora do local, Marília Bonas. Os relatos possibilitou-nos a investigar a existência ou não dos efeitos do testemunho na trama desse local de memória, a discursividade inscrita no projeto arquitetônico e o modo como a administração do prédio organizou, de certo modo, o(s) efeitos de resistência em suas exposições nas novas instalações, após o fechamento do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops/SP).

---

<sup>4</sup> Gostaríamos de agradecer a nossa amiga Glauca por compartilhar conosco o material coletado e a Marília Bonas que, gentilmente, aceitou realizar a entrevista para o nosso grupo. O material foi coletado em fevereiro de 2020 e compõe o acervo do Laboratório Discursivo, o E-l@dis, da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto.

Com isso, propomo-nos refletir sobre os desdobramentos do funcionamento da memória e da constituição da voz institucional em espaços museológicos. Ademais, nosso objetivo é analisar o papel da memória ressignificada pelo espaço em que é dedicada, em que podemos dizer que ela não assume apenas o papel de faculdade, como afirma, por exemplo, o dicionário, mas também se compõe intrinsecamente com a constituição de uma história local, brasileira, de luta e resistência. É, pois, olhar o dito narrado da constituição da história para criar novas ressignificações da violência, é observar um espaço que carrega consigo memórias duras de sofrimento e angústia como um espaço meusológico, transformando, de certo modo, a memória do horror em mediatização. Nosso *corpus* de análise será a entrevista concedida mobilizando-a com os conceitos teóricos da teoria discursiva elencada anteriormente: memória, condições de produção e discurso.

### **História, memória e silenciamento: a violência estampada nos “cubos brancos” do Memorial da Resistência**

O prédio onde se localiza o Memorial da Resistência<sup>5</sup>, situado na cidade de São Paulo, foi palco de uma história sombria do período da repressão e ditadura no Brasil; tratou-se de um espaço constituído de concreto armado, paredes e estruturas que vivenciaram a violência nua e crua, dura e perversa, cujo horror está enraizado pelo autoritarismo. Além disso, foi sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, em que disciplinava a ordem militar no país à época dos anos sessenta e setenta.

Após esse período, com a abertura política nos anos oitenta, a antiga sede do Deops se transformou em um espaço de memória física dos métodos e práticas da tortura que assolaram o país na ditadura cívico-militar brasileira. Vinculado à Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC), o lugar se ocupou em preservar as “memórias da resistência e da repressão política do Brasil republicano (1889 à atualidade) por meio da musealização de parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983 do Deops/SP [...]”<sup>6</sup>. Como um “lugar de memória”, podemos dizer que o espaço possui responsabilidade de dar corpo à noção de memória discursiva, pois é da relação do interdiscurso, de tudo que foi e é dito sobre o local, e o intradiscurso, as exposições e acervo permanente, que encontramos, assim, a

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/#>. Acesso em 11 de mai. 2020.

<sup>6</sup> Essa informação está presente no site do Memorial da Resistência, disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0#>. Acesso em 14 de abr. 2020.

emergência de uma memória de atualidade, isto é, uma memória constituída pela visitação, pelo entretenimento. Além de ocupar esse lugar de memória sobre uma parte da história do Brasil, há, também, um certo deslocamento ressignificando-a pela midiaticização, em que “ao projetar novas instâncias discursivas, pelo jogo imagem e expressão verbal [as exposições e acervos, por exemplo], o sujeito [...] opera novas memórias, atualizando-as a partir do que já foi dito, ressignificando-as” (SOUSA, RUIZ, ALMEIDA, BASTOS, 2020, p. 7).

A memória é um dos temas de estudo empreendidos pela análise de discurso de orientação francesa, herança de Michel Pêcheux; para tal, tomaremos alguns dos desdobramentos teóricos imersos na sua terceira fase, em que o autor abre as questões para se pensar outras materialidades e outros objetos além do discurso político, objeto central nos primeiros trabalhos da AD. Nesse caminho, Pêcheux (2010) acerca do *Papel da memória*, propôs um conjunto de reflexões apresentadas durante o colóquio História e Linguística em 1983, em que ele questiona o modo como os efeitos de sentidos são gerados, despregando-se de uma visão conteudista vigente nos estudos de língua(gem) da época e proporcionando uma nova perspectiva discursiva de trabalho. Segundo Malidier (1984), Pêcheux tornou-se um operário incansável promovendo caminhos que subverteram um certo domínio já determinado.

Em virtude disso, na obra vemos um conjunto de indagações acerca da memória na produção discursiva. Nunes (2010), na introdução da obra, instaura um conjunto de indagações acerca da memória na produção discursiva, vejamos:

O que é produzir memória? Como a memória se institui, é regulada, provada, conservada, ou é rompida, deslocada, restabelecida? De que modo os acontecimentos – históricos, mediáticos, culturais – são inscritos ou não na memória, como eles são absorvidos por ela ou produzem nela uma ruptura? (NUNES, 2010, p. 7).

Logo, a memória, segundo Michel Pêcheux (2010, p. 50), não deve ser interpretada no sentido psicologista enquanto uma “memória individual”, mas por meio de sentidos “entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Trata-se, pois, de inscrever um certo acontecimento num espaço da memória a partir de certas condições de produção de discursos. Se retomarmos alguns dos recortes da entrevista, em que a historiadora (re)conta a história do Memorial, colocando-o como um “lugar de memória”, podemos dizer que o espaço ocupa o que Davallon (2010) dizia ser conhecido como operador de

memória social, pois corrobora com uma memória coletiva da historicidade da violência sofrida por civis ao longo dos anos do regime autoritário e que a partir dessa nova memória que se instaura, museológica, tal constructo é ressignificado numa memória da visitação. Ou seja, parafraseando as palavras da coordenadora, o Memorial ocupa uma posição importante na ressignificação da história, em que se mostra a memória de horror da época não protagonizada pela tortura, mas pela resistência. Trata-se, pois, de materiais que, por um lado, refletem acerca do papel da memória como ponto central e incontornável e, por outro, expõem os problemas que se resumem a uma leitura totalizante da história.

Desse modo, podemos pensar que:

Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível ao nomeado, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar. (PÊCHEUX, 2010, p. 51).

A noção de condições de produção é um dos conceitos basilares da análise do discurso, em que vemos constantemente o jogo de forças e relações constituintes resultantes do processo discursivo. É por meio delas e da realização do processo discursivo em três níveis que podemos dizer que há uma (re)atualização da memória de violência: a constituição, a formulação e a circulação (ORLANDI, 2007b). Segundo a autora, a constituição do dizer é estabelecida por meio de uma memória do dizer no qual se marcam discursivamente os efeitos de sentidos relativamente estabilizados, advindos de pré-construídos e discursos outros, já-ditos; em relação à formulação, ela efetivamente acontece a partir do momento em que as condições de produção desses dizeres se ligam, direta ou indiretamente, às circunstâncias da enunciação. Todavia, a transformação da memória acontece apenas no nível da circulação, pois há uma atualização, fazendo intervir os sujeitos e o jogo de sentidos como resultado da ressignificação de uma atualidade e uma memória baseados nas condições de emergência de discursos que refletem e, de certo modo, refratam cada tempo e cada formação social. Orlandi (2007b) ressalta a importância desses três níveis discursivos como um processo, em que

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso,

memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). É desse jogo que tiram seus sentidos. (ORLANDI, 2007b, p. 33).

Outro fator importante é analisar o processo de constituição do memorial. A historiadora, Marília Bonas, afirma que após a desativação do Deops/SP, houve uma reforma no espaço, em que se mantiveram muros e paredes, entretanto as inscrições de tortura foram “apagadas” dos andares. Ela, ainda, chama essa “apagamento” de “cubos brancos”, rastros do passado que não deixaram de ressignificar na história. Há, com isso, uma certa política de esquecimento que considera realizar, em forma de tentativas, o apagamento do passado das sociedades, embora sabemos que tal política efetivamente não apaga a história. Para Robin (2016), “o passado, nulo e não ocorrido” torna-se uma reconciliação nacional, cujo objetivo é evitar novas guerras civis e garantir a continuidade do Estado (ROBIN, 2016, p. 83). A mesma autora francesa ainda aponta que “esquecemos, recalamos, mantemos longe, ou no mais profundo o que incomoda; preenchemos os baús da história de cadáveres, esperando abri-los e reencontra-los sem reconhecê-los” (ROBIN, 2016, p. 38). Ou seja, podemos pensar nesses “cubos brancos” como a ressignificação da história, a instauração de uma nova memória formulada pela reforma do Memorial e pelas exposições e acervos que promovem não os efeitos da ditadura que ali ocorreram, mas reforça a resistência que esse “lugar de memória” (re)significa quando se propõe a (re)contar o passado.

Em outras palavras, ao ouvir da historiadora Bonas, durante a sua entrevista, sobre a reforma realizada no prédio antes de se tornar um Memorial, e de que a estrutura do sistema carcerário fora mantida, refletimos acerca das inscrições feitas pelos presos à época que, segundo ela, foram apagadas, tornando o prédio um verdadeiro “cubo branco”. Há, pois, um certo apagamento dos vestígios, dos testemunhos inscritos nas paredes que, então, cria um efeito de homogeneização e silenciamento dos sujeitos que ali passaram e do horror ali estampado. Na sua estrutura, compreendemos esse cubo como um conjunto estrutural fechado que carrega consigo rastros da dor, do sofrimento; já a cor branca, nesse caso, atua como um modo “apagão” da história, dos resquícios da morte. Diante de tal situação, fala-se sobre/a memória, mas ao mesmo tempo não se fala, pois “o passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa a mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado” (ROBIN, 2016, p. 31).

Com efeito, à noção de esquecimento descrita por Robin (2016, p. 65-66) soma-se, também, ao conceito de “apagamento”. De maneira geral, podemos associá-lo aos silêncios e tabus do e no arquivo, que fazemos associando com as reflexões desenvolvidas por Eni Orlandi (2007a) acerca de uma teoria do silêncio. Assim, a estudiosa francesa, na sua construção teórica, aponta que a tortura, a censura das ditaduras à sociedade torna impossíveis uma série de sentidos viáveis, ou seja, “há, assim, furos, buracos” na memória, que é condição do dizível. O todo que compõe os memoriais se configura pelo silêncio da violência vivida e sofrida, marcada pelas paredes, pelos blocos de concreto e pela forma de disposição dos móveis. Nesse ínterim, é o silêncio que promove o movimento dos sentidos a partir do não dito, da relação necessária entre a língua e a ideologia. Em relação ao silêncio, Orlandi afirma que

É nesse lugar teórico que aparece a necessidade da ideologia na relação com a produção de sentidos. A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação. (ORLANDI, 2007a, p. 20).

Tal apagamento condiz com o princípio da AD, que entende que o silenciado e o não-dito também reclamam interpretação:

[...] partimos do dizer, de suas condições e da relação com a memória, com o saber discursivo para delinear as margens do não-dito que faz os contornos do dito significativamente [...] Entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move. (ORLANDI, 2007b, p. 83-85).

Procurar os vestígios do que foi negado e apagado aponta um furo na museificação da memória discursiva que se configura como uma região de sentidos que ainda pode ser analisada e funcionar como um repositório de informações, memórias, um arquivo. Esse processo faz parte da memória discursiva, de algo que sempre retorna e atualiza tanto os sentidos de reivindicação e luta, quanto os sentidos outros gerados a partir da negação de um momento de horror ocorrido em nossa história.

Logo, vemos a discursivização da memória de violência estampada nos memoriais materializada pela língua na forma de exposições, registros orais e escritos, fotografias, vídeos, entre outros, que configuram a ressignificação do lugar de violência, assumindo novos contornos e, com isso, (re)contam uma nova história, marcada pela midiaticização. Ou seja, são criadas novas instâncias discursivas que (re)narram a

violência a partir de um deslocamento de sentido, da tortura que muitos ali sofreram (e o(s) silenciamento(s) gerados pela reconstrução do prédio, por exemplo) para a memória da resistência, como apontado pela coordenadora em sua entrevista. Com efeito, é possível encontrarmos duas características importantes desse conceito que se fazem presentes:

1. há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras.
2. O estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas ‘pôr em silêncio’) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’ (ORLANDI, 2007a, p. 11).

Assim, para algo “fazer sentido” é necessária a “ocorrência, anterior, de outros sentidos já fixados na memória discursiva e que possam ser filiados para o acontecimento presente” (MARIANI, 1998, p. 41). Tal recorrência a um sentido anterior, ou a um discurso fundador, como descreve Orlandi (2007b, p. 83), possui sempre em seu horizonte de significações o silêncio. O silêncio, nas palavras de Orlandi (2007b) “pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”.

Nesse ponto, a pesquisadora brasileira faz uma importante diferenciação entre os tipos de silêncio. Há o silêncio fundador e a política do silêncio. O primeiro se remete a um discurso fundador que faz com o que aquele dizer signifique, já o segundo, o que se liga diretamente com as nossas reflexões, retoma os silenciamentos, constituídos pelo silêncio local, que remete à censura, “aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: numa ditadura não se diz a palavra ditadura não porque não se saiba dizê-lo)” (ORLANDI, 2007b, p. 83). Há, também, o que Orlandi (2007b, p. 83) chama de silêncio constitutivo, que ocorre quando “uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não-dizer: se digo ‘sem medo’ não digo ‘com coragem’)”. A autora explica, portanto, que as relações de poder presentes na sociedade, invariavelmente, produzem alguma forma de censura, de tal forma que há sempre o silêncio acompanhando as palavras. “Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito etc.” (ORLANDI, 2007b, p. 83). No Memorial, os “cubos brancos”, que funcionam como uma política do esquecimento, é, ao mesmo tempo, fonte da discursivização da memória de violência sobre a história do local; não obstante, sentidos antes silenciados podem emergir e

intervir na incompletude. Como apontado por Mariani (1998, p. 42), a memória não é radicalmente plena, completa e homogênea.

Esse furo na homogeneidade, o jogo da incompletude, se dá, entre outros fatores, pela tensão entre os diferentes tipos de memórias e dizeres, entre o que já é dito e o que desloca e altera o dizer institucionalizado. Ou seja,

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro. (ORLANDI, 2007b, p. 10).

Essa possibilidade de ruptura, que pode abalar o saber “inabalável” da memória institucional, é a eterna dialética entre a paráfrase e a polissemia. “De um lado, temos a reiteração de processos já cristalizados pelas instituições, em que se toma a linguagem como produto e se mantém o dizível no espaço do que já está instituído: a paráfrase” (ORLANDI, 1984, p. 11); por outro, a polissemia “é o processo que, na linguagem, permite a criatividade. [...] A tensão entre esses processos instala o conflito entre o legítimo (o produto institucionalizado) e o que tem de se legitimar” (ORLANDI, 1984, p. 11). Em outras palavras, um sentido “oficialmente apagado” pela censura e substituído por outro ainda poderá ser confrontado pela descoberta de novos documentos, pelo relato de prisioneiros, de testemunhas etc.; é todo dizer que resista e preserve uma memória além daquela sedimentada. Se pensarmos em relação ao Memorial da Resistência, há a tentativa de se criar a polissemia da resistência que, por meio da reforma, das novas instalações e configurações do local após o fim do período ditatorial permitiram ressignificar a violência que ocorrera naquele “lugar de memória”, contudo, não há como negar, pelas marcas no concreto e nas paredes, que haverá sempre a paráfrase do mal, do silenciamento da violência, do apagamento dos sentidos de ditadura que ocorreram, afinal, os “cubos brancos”, embora colocados como tentativa de “apagamento” e/ou silenciamento carregam consigo toda a história de dor e sofrimento que muitos brasileiros e brasileiras sofreram.

Ademais, nessa toada de ressignificar a história, de transformar a tortura do local em lugar de resistência e “nova” memória, a coordenadora Marília Bonas frisa a importância da preservação como um lugar que tem como objetivo realizar procedimentos de pesquisa, de salvaguardar documentos e conservá-los, além de promover a comunicação, por meio das exposições e ação educativo-cultural,

(re)contando a nossa história, de transformar a memória de violência em memória de luta e resistência, isto é, conforme afirma Robin (2016, p. 40), “o presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas e polirrítmicas.

### **À guisa de (in)conclusões**

Diante da entrevista realizada e da (“nova”) história (re)contada pelo Memorial da Resistência, podemos dizer que há a tentativa de instauração de uma “nova” memória, é a transformação da memória do horror, da tortura e da violência, para a memória da resistência, que dá nome ao local. Embora haja tal ressignificação da memória, não há como negar o sofrimento estampado nas paredes e no concreto armado que carregam consigo histórias de dor vividas por muitos à época da ditadura. Trata-se, assim, de um “lugar de memória” que conserva arquivos do passado, em processo, que recobrem distintos domínios do ontem e do hoje e que buscam (re)produzir discursos que lancem luz sobre as formas de resistir à inquietações sociais, culturais, históricas e filosóficas como práticas discursivas da atualidade.

Ao analisarmos discursivamente a entrevista, bem como, ao observarmos a história e a constituição do Memorial e os seus modos de funcionamento, vemos presentificado no discurso a importância do local para a (re)construção da história, dessa vez ressignificada, representante da luta e da resistência marcada durante o autoritário brasileiro. As exposições e acervos permanentes, embora retratem o sofrimento, marcam uma “nova” memória, que resiste e resistiu durante as duras perseguições da época ditatorial, nos dão a compreender que tal espaço museológico é fepensado sob diferentes condições de produção que (re)contam e tranformam o horror do passado na resistência.

A reforma no Memorial realizada após o fechamento do Deops promoveu, desse modo, a construção de novos dizeres que criaram outros efeitos de sentido sobre a ditadura, tornando-a de uma memória sofrida, do horror em resistência, esse “novo lugar de memória”, ressignifica a história; o acervo e as exposições tornam-se símbolos da luta e da resistência, protagonizando-a. Todavia, é impossível não lembrar do horror que se torna “apagado”, figurativizado pelas paredes e pelo concreto do local. É, pois, por meio dos (d)efeitos de sentidos construídos com o levantamento desse espaço e com a sua repressão que observamos as diferentes inscrições que foram/são possíveis se estabelecer sobre os restos de horror existentes em nossa sociedade. As exposições e a

existência do Memorial cumprem a função de advertir que “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, 2014, p. 281). Logo, com este trabalho, tentamos mostrar gestos de interpretação dos efeitos de sentidos construídos pelo Memorial da Resistência, que permite revisitar a nossa história reconstruindo-a a partir do movimento da memória, da sua ressignificação instaurada no e pelo discurso.

## REFERÊNCIAS

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? *In*: ACHARD, P. (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.

MALDIDIER, D. Michel Pêcheux: une tension passionnée entre la langue et l’histoire. *In*: **Histoire et linguistique**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1984.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922 - 1989. Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 1998.

Memória. *In*: **Dicionário Michaelis online**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=3wQeZ>. Acesso em 12 jul. 2020

NUNES, J. H. Introdução. *In*: ACHARD, P. (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2007b.

ORLANDI, E. Segmentar ou recortar. Série Estudos. Linguística: Questões e Controvérsias. Nº 10. Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.

PECHÊUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.

ROBIN, R. **A memória saturada**. Campinas: Editora da Unicamp; 2016.

SOUSA, L. M. A; RUIZ, M. A. A.; ALMEIDA, J. F.; BASTOS, G. Memória em funcionamento no discurso: o futuro em exposição. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 62, e020002, 2020. doi: 10.20396/cel.v62i0.8655864

**Como referenciar este artigo:**

RUIZ, Marco Antonio Almeida; LOZANO, Melissa Frangella; APOLINÁRIO, Paulo Henrique. A ditadura em discurso no memorial da resistência: história e memória. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 37, Número Temático, p. 141-152, janeiro, 2021.